

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS

REQUERIMENTO Nº , DE 2002 (Do Sr. João Magno de Moura)

Solicita sejam convidados os Srs. representantes do Ministério do Trabalho e Emprego, da Companhia Energética de Minas Gerais e do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Energética de Minas Gerais, para discutirem o aumento dos acidentes de trabalho nas áreas de atuação da CEMIG.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requiero a Vossa Excelência, ouvido o plenário desta Comissão, sejam convidados a este Órgão Técnico, em reunião de audiência pública, a realizar-se em data a ser agendada, os Srs. representantes do Ministério do Trabalho e Emprego, da Companhia Energética de Minas Gerais e do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Energética de Minas Gerais, afim de debaterem as causas para o aumento dos acidentes de trabalho nas áreas de atuação da CEMIG.

JUSTIFICAÇÃO

Nos últimos dias, o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Energética de Minas Gerais – SINDIELETRO vem denunciando a deterioração das condições de trabalho nas áreas de atuação da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG. Segundo o sindicato, desde 1999, 29 trabalhadores perderam a vida em acidentes de trabalho, sendo 12 do quadro próprio da CEMIG e 17 de empresas terceirizadas que executavam atividades-fim da empresa.

Para ressaltar a gravidade da situação, basta observar que a média histórica da CEMIG era de um trabalhador vitimado a cada ano e meio, enquanto no presente momento constata-se a morte um trabalhador a cada dois meses na empresa. Entre os dias 15 e 28 de outubro passado, três trabalhadores de empreiteiras diferentes perderam suas vidas por acidente de trabalho.

O SINDIELETRO alega que a CEMIG está sucateando o atendimento ao público e expondo os trabalhadores e a população em geral a riscos cada vez maiores. Os acidentes, conforme o sindicato, seriam consequências da substituição do pessoal próprio da empresa por mão de obra terceirizada de forma ilegal.

Para tratar dessas denúncias, já foram feitas autuações da Delegacia Regional do Trabalho de Minas Gerais, audiências públicas na Assembléia Legislativa de Minas Gerais e diversas promessas da direção da empresa, sem que nada de concreto fosse encaminhado. Por essa razão, é de grande relevância que esta Comissão da Câmara dos Deputados se posicione, afim de resguardar os interesses econômicos e sociais em questão e, acima de tudo, proteger a vida dos trabalhadores submetidos às condições precárias de trabalho.

Sala das Sessões, em de novembro de 2002.

Deputado JOÃO MAGNO DE MOURA